

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Parte I – a justiça de transição e o julgamento dos crimes do passado

1 sentido e fundamento da justiça de transição	9
---	----------

1.1 Histórico e desenvolvimento da área da justiça de transição	9
---	---

1.2 A justiça de transição e seus mecanismos de aplicação: uma justiça para as vítimas	21
--	----

1.3 Direitos à memória e à verdade: “escovar a história a contrapelo” e promover justiça para os vencidos	31
---	----

1.3.1. Comissões da Verdade e seu papel na desconstrução das verdades oficiais.....	45
---	----

2 A responsabilização penal pelas violações de direitos humanos do passado	57
---	-----------

2.1. Modelos jurídico-penais aplicados às violações de direitos humanos praticadas no passado	57
---	----

2.2. Crimes contra a humanidade: a criminalização da tortura e dos desaparecimentos forçados no direito internacional dos direitos humanos	64
--	----

2.3. Anistias penais em democracias.....	73
--	----

2.3.1. Anistias para violações de direitos humanos	78
--	----

2.4. O desafio de punir os crimes do passado: aplicação das justiças retributiva e restaurativa aos crimes contra a humanidade	88
--	----

2.4.1 Aplicação da justiça penal retributiva	90
2.4.2 Aplicação da justiça penal restaurativa	99
2.4.3 A justiça de transição penal	105

Parte II – Estudos dos casos brasileiro e argentino

3 As transições democráticas no Brasil e na Argentina	115
3.1 Considerações sobre democracia e ditaduras	115
3.2 Transições democráticas na América Latina: os casos brasileiro e argentino.....	123
3.3 Anistias no Brasil e na Argentina.....	137
3.4 Entendendo os casos brasileiro e argentino: o controle de convencionalidade e a invalidação das leis de anistia	143
4 Justiça de transição no Brasil.....	153
4.1 Medidas reparatórias, de busca pela verdade e pela preservação da memória no país	154
4.2. A busca pela justiça: o julgamento do STF e a decisão pela constitucionalidade e validade da lei de anistia.....	164
4.2.1 A responsabilização pelos crimes permanentes: a situação dos desaparecidos políticos	180
4.2.2 A anistia diante das garantias constitucionais.....	186
4.3 A Condenação do Estado brasileiro na Corte IDH: O conflito entre as jurisdições.....	191
5 Justiça de transição na Argentina	197
5.1 Primeira fase da justiça de transição: da transição democrática, de 1983, aos julgamentos das juntas militares, em 1985.....	199

5.2 Segunda fase da justiça de transição: as novas tentativas de anistia, na década de 80, até suas invalidações definitivas, em 2001.....	203
5.3 Terceira fase da justiça de transição: de 2003 até os dias atuais - o retorno aos processos criminais e as iniciativas de memória.....	208

Parte III – A justiça de transição e o olhar para o futuro

6 Anistias no Brasil e na Argentina: é preciso punir os crimes do passado? 219

6.1 As anistias devem subsistir em Estados democráticos? 220

6.2 É preciso punir os crimes das ditaduras? 224

6.2.1 A justiça restaurativa na justiça de transição: verdade versus punição?..... 227

6.2.2 A perspectiva retributiva da justiça de transição: responsabilização e justiça para as vítimas 230

6.2.3 A perspectiva híbrida ou “transformativa” da justiça de transição: um modelo abrangente de justiça para as vítimas241

7. Construir democracias com respeito aos direitos humanos e culturas de paz 245

7.1 A relação entre a não punição e não ruptura com o passado e a criação de uma cultura em direitos humanos no Brasil 245

7.1.1 Impunidade e violência..... 246

7.1.2 Desrespeito aos direitos humanos e déficit democrático 254

7.2 O olhar para o passado e a criação de uma cultura em direitos humanos na atual democracia argentina 263

7.3 Democracias no Brasil e na Argentina: consenso democrático e não repetição do passado	268
7.4 Caminhos para uma justiça de transição no Brasil	280
Conclusões.....	287
Referências bibliográficas	295
Referências de sítios eletrônicos	321
Jurisprudência consultada	335